

Metrô de Brasília não recebe verbas desde 2001

Há mais de dez anos em construção, obra aparece no relatório do TCU

SÉRGIO GOBETTI

BRASÍLIA – Apontada como uma das obras com indícios de irregularidade grave pelo Tribunal de Contas da União, o metrô de Brasília está há mais de 10 anos em construção e, desde 2001, quando o trecho principal foi inaugurado, já não recebe mais recursos orçamentários do governo federal.

Apesar disso, do R\$ 1,386 bilhão que já foi gasto, R\$ 335 milhões vieram dos cofres federais e R\$ 499 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Dos 42 quilômetros projetados para o metrô, ligando a rodoviária da capital às cidades saté-



Metrô de Brasília: de R\$ 1,386 bilhão, R\$ 335 milhões vieram da União e R\$ 499 milhões do BNDES

lites, ainda falta concluir nove quilômetros entre Taguatinga e Ceilândia.

Todos os anos, os parlamentares aprovam emendas prevendo novas verbas federais para o metrô, mas a União acaba não liberando o dinheiro. Em 2003, por exemplo, o Orçamento prevê R\$ 35 milhões, mas nada foi empenhado até o dia 12 de setembro.

De acordo com o relatório do TCU entregue ontem ao Congresso, dois problemas foram constatados para justificar que a União continue não repassan-

do recursos: a falta de projeto básico e de previsão de custo total da extensão até a Ceilândia e, principalmente, o não cumprimento de uma decisão anterior

do tribunal para que o governo do Distrito Federal corrija preços supostamente superfaturados de outro trecho.

O secretário de Obras do Distrito Federal, Davi José de Mattos, reconhece o pri-

meiro dos problemas, mas diz que o projeto já foi encaminhado ao TCU com a planilha de custos na semana passada. “Todas as respostas foram dadas”,

afirma ele.

No caso dos preços, entretanto, Mattos alega desconhecer a denúncia do relatório, mas admite que o TCU tem feito auditorias sobre isso. “A questão de sobrepreço vem sendo analisada desde o primeiro dia da obra”, disse Mattos, argumentando que não há nada de anormal no valor pago pela obra.

No Rio – Outra obra apontada como irregular, o Terminal de Contêineres 1, no cais do Caju, no Rio, foi citada por faltar um serviço de aterro, enrocamento e pavimentação de uma área. Antes de concluído, o terminal foi arrendado pela Cia. Docas para a empresa Libra. (Colaborou Karine Rodrigues).

VERBAS
APROVADAS
ACABAM
RETIDAS